

## As rosas negras do Largo de Santa Rita, RJ: a patrimonialização do Cemitério dos Pretos Novos



### RESUMO

O presente artigo aborda a patrimonialização do Cemitério dos Pretos Novos do Largo de Santa Rita, a partir da conexão de pesquisas arqueológicas, históricas e cartográficas que constatarem a existência do espaço fúnebre, bem como sua delimitação, a partir de uma demanda da Comissão Pequena África. O grupo de trabalho criado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), associado à ampliação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) no centro da cidade do Rio de Janeiro, foi fundamental para a patrimonialização de um cemitério, datado do século XVIII e destinado a africanos trazidos para o Brasil na condição de escravizados. Para destacar o local e construir um marco paisagístico, foi realizada reurbanização do espaço e a inserção de pavimentação, por meio de pedras portuguesas, com o desenho de rosas negras, referente a um símbolo utilizado por abolicionistas. A patrimonialização do Cemitério dos Pretos Novos de Santa Rita se deu a partir da arqueologia colaborativa realizada em parceria com a Comissão Pequena África e traz visibilidade a uma parte relevante da história da cidade do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** Cemitério dos Pretos Novos; Patrimonialização; Arqueologia Colaborativa.

\* Doutora em Arqueologia pelo Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGARq/MN/UFRJ) CV: <http://lattes.cnpq.br/5713873384561441>

\*\* Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é Docente Colaboradora Voluntária da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora de nível 1B do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). CV: <http://lattes.cnpq.br/1449793816030638>

## The black roses of Largo de Santa Rita, RJ: the patrimonialization of the Pretos Novos cemetery

### ABSTRACT

This article addresses the heritagization of the Cemetery of the Pretos Novos at Largo de Santa Rita, drawing on archaeological, historical, and cartographic research that confirmed the existence and delimitation of the funerary site in response to a request from the Comissão Pequena África. The working group established by the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), associated with the expansion of the Light Rail Vehicle (VLT) in downtown Rio de Janeiro, was fundamental to the recognition of a cemetery dating from the 18th century and intended for Africans brought to Brazil under conditions of enslavement. To highlight the site and create a landscape landmark, the area underwent reurbanization, including the installation of Portuguese stone paving with black roses, a symbolic motif used by abolitionists. The heritagization of the Cemetery of the Pretos Novos of Santa Rita resulted from collaborative archaeology carried out with the Pequena África Commission and brings visibility to a significant part of the history of the city of Rio de Janeiro.

**Keywords:** Cemetery of the Pretos Novos; Heritagization; Collaborative Archaeology.

## Las rosas negras del largo de Santa Rita, RJ: la patrimonialización del cementerio de los Pretos Novos

### RESUMEN

El presente artículo aborda la patrimonialización del Cementerio de los Pretos Novos de Largo de Santa Rita, a partir de la integración de investigaciones arqueológicas, históricas y cartográficas, que confirmaron la existencia del espacio funerario, así como su delimitación en respuesta a una demanda de la Comissão Pequena África. El grupo de trabajo creado por el Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), vinculado a la ampliación del Vehículo Ligerero sobre Rieles (VLR) en el centro de la ciudad de Río de Janeiro, fue fundamental para el reconocimiento de un cementerio fechado en el siglo XVIII y destinado a africanos traídos a Brasil en condición de esclavizados. Con el objetivo de destacar el lugar y construir un hito paisajístico, se realizó la reurbanización del espacio y la instalación de pavimentación con piedra portuguesa, con el diseño de rosas negras, símbolo utilizado por los abolicionistas. La patrimonialización del Cementerio de los Pretos Novos de Santa Rita se dio a partir de la arqueología colaborativa realizada junto a la Comisión Pequena África y aporta visibilidad a una parte relevante de la historia de la ciudad de Río de Janeiro.

**Palabras clave:** Cementerio de los Pretos Novos; Patrimonialización; Arqueología Colaborativa.



A patrimonialização da morte é assunto bastante abordado em várias pesquisas científicas que envolvem os cemitérios que são estudados, muitas vezes, no âmbito de uma formação espacial delimitada por muros ou por construções como mausoléus, túmulos, carneiros ou sepulturas. São denominados cemitérios intramuros e estão inseridos na lógica ocidental-católica predominante no Brasil.

Entretanto, quando pensamos em locais de sepultamento que diferem de um lugar intramuros, é comum questionarmos: Que tipo de cemitérios seriam? Quem estaria enterrado lá? Onde estão localizados esses espaços? E se não há organização formal, como identificá-los, reconhecê-los e visitá-los? Ou ainda, como preservá-los?

Tais indagações pertinentes para apresentarmos o estudo relacionado aos cemitérios dos desvalidos partem da tese de doutorado de Ana Berredo (Berredo, 2023; Berredo *et al.*, 2021; 2022). Os grupos que foram considerados desvalidos, eram compostos pelos miseráveis, abandonados, desamparados, desprotegidos e, também, escravizados. Configuram-se como aqueles que não são prestigiados pelas histórias tradicionais em vida e na morte.

A desvalorização da vida dessas pessoas se repete no espaço que ocuparam quando mortas, já que muitas vezes seus cadáveres eram abandonados em praças, em frente às igrejas ou jogados ao mar, simplesmente descartados, prática que não gera visibilidade arqueológica, tornando impossível a recuperação da materialidade dessa forma de sepultar.

No entanto, os ossos humanos são materiais que podem resistir ao tempo quando mantidos em condições físico-químicas favoráveis à sua preservação e que muitas vezes emergem do solo durante o desenvolvimento das cidades com a urbanização e constantes intervenções, que acabam revelando parte de uma história que estivera enterrada e esquecida.

Tal cenário ocorreu com esta pesquisa, em que, a partir da instalação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), foi possível realizar o estudo dos cemitérios dispostos nas ruas do centro do Rio de Janeiro. Neste estudo, expomos sete locais públicos, nos largos, campos e rocios que foram utilizados como espaços funerários para as pessoas que não tinham condições de pagar por uma sepultura no interior das igrejas, hábito que perdurou desde o início da colonização, até meados do século XIX.

As investigações dos documentos históricos combinadas com as pesquisas arqueológicas mostraram os desafios enfrentados na arqueologia urbana, como as perturbações realizadas no solo que o deixam intensamente alterado a partir das intervenções referentes a serviços de iluminação, saneamento, gás, telefonia e internet. E mesmo com todas as intercorrências, foi possível visualizar e recuperar informações importantes sobre esses lugares.

Dentre os cemitérios evidenciados, o Cemitério dos Pretos Novos do Largo de Santa Rita, foi escolhido para a discussão no presente artigo por ser o mais antigo espaço funerário utilizado para enterramentos de pessoas na condição de escravizadas. As abordagens de pesquisa para este estudo abrangeram a conexão entre arqueologia, história e cartografia, permitindo a delimitação do local e a patrimonialização criadora de um marco paisagístico no centro do Rio de Janeiro.

## Santa Rita e seus cemitérios: intramuros, o adro e o largo

O Largo de Santa Rita já foi amplamente pesquisado por estudiosos como João Nara Júnior (2016; 2019a; 2019b; 2022), que tece uma narrativa histórica densa e detalhada sobre a documentação demográfica, sanitária e administrativa do referido cemitério santo. Cabe destacar que tais histórias apresentam certa incongruência quanto às suas origens, ao funcionamento e ao encerramento do cemitério de Santa Rita.

A datação do cemitério de pretos novos no Largo de Santa Rita deve ser tratada com cautela, sobretudo diante das lacunas documentais e das interpretações historiográficas pouco rigorosas que tendem a recuar sua origem para períodos anteriores sem um estudo fundamentado. Não há, até o momento, qualquer menção explícita ao funcionamento desse espaço antes de meados do século XVIII, sendo a primeira referência direta datada de 1766, quando se registram mais de duzentos enterramentos apenas no primeiro semestre (Fazenda, 2011).

Além disso, Nara Júnior (2019a) ressalta que a ausência do primeiro livro de óbitos da freguesia, bem como o desaparecimento do livro de tombo, posteriormente denunciado pelo cardeal Joaquim Arcoverde, inviabiliza a reconstrução contínua das práticas funerárias locais, impedindo afirmações categóricas sobre períodos anteriores. Nesse sentido, hipóteses que situam o cemitério já no século XVII ou no início do XVIII, como sugerido por Vivaldo Coaracy (1965), carecem de fundamentação documental e tendem a projetar práticas genéricas de enterramento de escravizados. Ainda assim, de acordo com o conjunto de evidências históricas disponíveis, é possível delimitar com maior segurança seu período de funcionamento, com a consolidação do cemitério por volta de 1741, e permaneceu em uso até 1774, quando foi desativado.

Do ponto de vista cronológico e institucional, a década de 1740, especialmente o ano de 1741, apresenta-se como um marco mais provável para a consolidação do cemitério de pretos novos em Santa Rita. Trata-se de um momento de reorganização significativa da administração funerária na cidade do Rio de Janeiro, marcado pela extinção do cemitério do Largo da Carioca pelos franciscanos, pela cessão da capela de Santa Rita à Mitra e por inspeções em outros espaços de enterramento, como o campo de São Domingos (Pereira, 2012; Fazenda, 2011). Essa convergência de eventos sugere não apenas deslocamentos pontuais, mas uma reconfiguração mais ampla das práticas de inumação, em resposta às crescentes pressões demográficas e sanitárias. Além disso, a própria dinâmica do tráfico de escravizados reforça essa interpretação, pois o aumento significativo da entrada de africanos pelo porto do Rio de Janeiro, ao longo das décadas de 1720 e 1730, impôs à administração colonial a necessidade de criar soluções mais sistemáticas para o tratamento dos corpos daqueles que morriam antes de serem incorporados à sociedade escravista (Florentino, 2014).

O encerramento das atividades do cemitério de Santa Rita está mais bem documentado e se insere em uma política deliberada de reorganização espacial do tráfico negreiro. Em 1774, o vice-rei Marquês do Lavradio determinou a transferência dos enterramentos de pretos novos para a região do Valongo, afastando-os definitivamente do núcleo urbano da cidade. Tal medida articulava preocupações sanitárias, controle social e interesses econômicos, ao concentrar em

uma mesma área o desembarque, a comercialização e a destinação final dos corpos daqueles que não sobreviviam à travessia atlântica.

A análise das condições espaciais e urbanísticas da região corrobora a impossibilidade de uma datação mais recuada para o cemitério. O Sítio do Valverde, onde se localiza Santa Rita, permaneceu como uma área alagadiça e pouco propícia à ocupação até as primeiras décadas do século XVIII, sendo apenas por volta de 1720 que o avanço do assoreamento permitiu tanto a construção da capela quanto a fixação de moradores (Coaracy, 1965). Assim, ao articular evidências documentais, transformações urbanas e a lógica de funcionamento do tráfico, torna-se mais consistente compreender o cemitério de Santa Rita como produto de um processo de reorganização do espaço urbano e das políticas de gestão da morte no contexto da intensificação da economia escravista no Rio de Janeiro setecentista.

Além da data de funcionamento do cemitério abordada por Nara Júnior (2019), há uma questão importante a ser considerada, que é a diferença existente entre os tipos de enterramentos que ocorreram no território de Santa Rita.

*Causa grande impressão a glosa marginal com que um dos procuradores da Câmara comentou a infeliz estatística mortuária de 1766: "Forte impiedade: enterrar na rua, por onde andam os povos, e os animais a despedaçar cadáveres. Que desconhecimento da humanidade". Essa observação é fundamental para distinguir três tipos de enterramentos em Santa Rita: ad sanctos (no interior da igreja) e apud ecclesiam (no adro da igreja ou em suas catacumbas), para os paroquianos de qualquer nação e os membros das irmandades; e o enterramento de pretos novos, em especial os que eram pagãos, fora do terreno sagrado, no Largo de Santa Rita, "por onde andam os povos e os animais". É provável que essa prática tenha se consolidado em 1764, quando os irmãos do Santíssimo Sacramento edificaram o depósito junto do adro, agora transformado em pátio lateral, ao que parece levando o enterramento de pretos novos para longe da igreja. A escolha entre a sepultura ad sanctos ou apud ecclesiam dependia do arbítrio e devoção do interessado, tanto quanto do custo correspondente que a família fosse capaz de arcar (Nara Júnior, 2019a, p. 188).*

De acordo com Nara Júnior (2015, p. 63) as transformações urbanas promovidas pelo Prefeito Pereira Passos em 1904 quase destruíram a igreja de Santa Rita, mas graças à intervenção de engenheiro Paulo de Frontin, a matriz e seu Largo, permaneceram embora reduzido: "não foi atingida, porém, pela necessidade dos alargamentos a vetusta igreja paroquial de Santa Rita, para a qual nunca houve impossíveis" (Fazenda, 2011, v. 4, p. 137). Diante dela se abriu a Avenida Marechal Floriano e quanto aos desvalidos sepultados em Santa Rita e no Valongo, Fazenda relata: "têm sido despertados do eterno sono, acidentalmente, pelas alavancas, picaretas e alviões dos trabalhadores da *City Improvements*, da Companhia do Gás, das Obras Públicas e ultimamente da Telefônica" (Fazenda, 2011, v. 1, p. 435).

Pesquisa feita no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro apontou um documento histórico datado de 1834 mostrando que as intervenções no Largo foram feitas desde o século XIX e com o aparecimento de ossos humanos:

*Em consequência de uma escavação que [...] a repartição de Polícia foi feita no Largo de Santa Rita, e de ter esse Largo servido de Cemitério à longos anos [...] tem sido desenterrados muitas caveiras e ossos de nossos irmãos ali sepultados [...] e como isto parece repugnante aos olhos de um civilizado, aos princípios religiosos que seguimos; julguei antecipar esta Câmara para dar providências que julgar acertadas. Rio, 3 de maio de 1831. Ilmo Vereadores da Câmara Municipal. João Thomas Coelho – Fiscal da Freguesia de Santa Rita.<sup>1</sup>*

As escavações no Largo de Santa Rita se iniciaram com o objetivo de investigar a dimensão do cemitério. Para isso, foram realizadas sondagens arqueológicas não apenas no Largo de Santa Rita, mas também nas ruas anexas, como Miguel Couto, Mairink Veiga, Alcântara Machado e Rua Acre.

O trabalho desenvolvido no Largo de Santa Rita tem uma característica particular, pois a estratégia de pesquisa para as intervenções arqueológicas contemplou, também, as demandas decorrentes do grupo de trabalho (GT) denominado Comissão Pequena África composto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e formado por integrantes de 33 entidades ligadas ao Movimento Negro, Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), à concessionária VLT Carioca e a Artefato Arqueologia & Patrimônio. A abordagem do cemitério de Santa Rita levou em consideração as demandas pactuadas nas reuniões da Comissão Pequena África (CPA) tendo sido acordado que sepultamentos em contexto arqueológico<sup>2</sup> não seriam retirados em respeito aos antepassados dos integrantes da Comissão Pequena África.

Era intenção dos integrantes dos movimentos negros que os sepultamentos humanos ficassem no local onde foram depositados durante o regime escravocrata para que fossem lembrados para sempre no centro da cidade do Rio de Janeiro. O temor era que fossem retirados e passassem a ficar guardados em caixas de reserva técnica, já que seria muito difícil obter consenso em relação aos princípios ritualísticos que norteariam um novo sepultamento dos ossos humanos, pois os integrantes seguem religiões distintas. No entanto, mesmo com essa restrição, foi possível delimitar o cemitério por meio da análise estratigráfica do próprio espaço fúnebre e de seu entorno, além de verificar se suas dimensões extrapolavam o espaço do Largo de Santa Rita.

Os esqueletos em contexto arqueológico, por se tratar de bens sensíveis, foram apenas registados e protegidos, cobertos com tecido de TNT, manta geotêxtil (bidim) e areia para melhor preservá-los e sinalizar sua localização, caso ocorram outras intervenções no local.

As sondagens arqueológicas no Largo de Santa Rita revelaram interferências urbanas datadas de centenas de anos antes. Desde o século XIX, já tinham ocorrido a implantação dos trilhos dos bondes, além das transformações do século XX, como a ampliação da futura

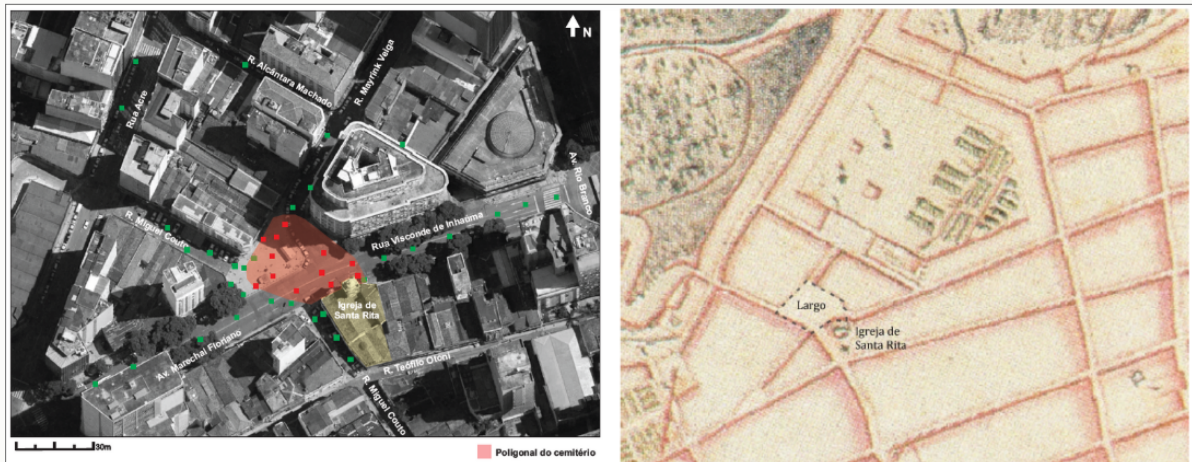
<sup>1</sup> BR RJ AGCRJ 58.2.1 – Fundo Câmara Municipal Série Cemitérios e Enterramentos. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

<sup>2</sup> Contexto arqueológico está sendo usado para diferenciar os materiais arqueológicos dispersos em decorrência dos equipamentos urbanos. De acordo com Schiffer, o contexto sistêmico rotula a condição de um elemento que está participando de um sistema comportamental. O contexto arqueológico descreve materiais que passaram através de um sistema cultural, e que são agora objetos de investigação de arqueólogos (Schiffer, 1975, p. 17).

Avenida Marechal Floriano, que resultaram em perturbações no solo que são recorrentes em espaços urbanos.

Dentre as 39 sondagens, 8 forneceram resultados positivos para a presença de camada arqueológica característica do cemitério. Entre as oito, cinco estavam localizadas em frente à igreja, e três estavam localizadas no Largo de Santa Rita, delimitando uma área de alta relevância para a presença de sepultamentos humanos, que estava contida no mesmo espaço do Largo (Gaspar et al., 2020, p.197), mostrando o tamanho conciso e restrito desse espaço (Figura 1).

**Figura 1:** A delimitação espacial do Largo de Santa Rita



**Fonte:** À esquerda: Sondagens e delimitação do Cemitério dos Pretos Novos do Largo de Santa Rita (Adaptado de Bianchini et al., 2019). À direita: Carta Topográfica da Cidade de São Sebastião do Rio Janeiro, elaborada por André Vaz Figueira, em 1750. A linha pontilhada representa o espaço ocupado pelo cemitério, em frente à Igreja de Santa Rita. No alto, à esquerda, o Morro da Conceição (Andrade et al., 2019, p. 230).

## Arqueologia colaborativa e a Comissão Pequena África

As pesquisas arqueológicas realizadas nesse Cemitério, seguindo a Instrução Normativa 01/2015 do IPHAN, buscaram dialogar com as comunidades impactadas pelo empreendimento. Para isso, foi proposta uma metodologia de trabalho referente à prática da Arqueologia Colaborativa, que estabelece a cooperação e o envolvimento de diferentes coletivos nas questões relativas à pesquisa e gestão do Patrimônio Cultural. Nesse sentido, foi discutido um modo de associar a pesquisa arqueológica aos interesses das comunidades sensíveis, representadas pelos afrodescendentes (Andrade et al., 2019).

Os atores sociais envolvidos foram: IPHAN-RJ, órgãos gestores do Patrimônio Cultural do município e do Estado do Rio de Janeiro, empreendedor, pesquisadores responsáveis pelo Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico e, principalmente, a comunidade sensível. Assim, foram realizadas Mesas de Diálogos com Grupos de Trabalho (GT), onde foram discutidas as demandas de diversas entidades dos Movimentos Negros do Estado do Rio de Janeiro, dentre elas: Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (COMDEDINE), União de Negras e Negros pela Igualdade (UNEGRO), Centro Tradições Afro Brasileiras (CETRAB), Instituto Pretos Novos (IPN), Associação de Remanescentes do Quilombo Pedra do Sal (ARQPEDRA), Organização Remanescentes de Tia Ciata (ORTC), Associação Beneficente e Recreativa Galpão

da Cultura Negra (GALCUNE), Redes da Maré, Afoxé Filhos de Ghandi, Hunkpame Héviôso Zôô Kun Mean, Superintendência de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Ações Afirmativas (SUPPIR), Movimento Negro Unificado (MNU), estudantes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do Museu da História e da Cultura Afro-brasileira (MUHCAB). Após diversas discussões e inúmeros debates, foi estabelecido que seria criada a Comissão Pequena África, que reuniria as entidades representativas dos movimentos negros e da sociedade civil do Rio de Janeiro dispostas a dialogar, resultando em uma articulação conjunta com as instituições públicas e arqueólogos (Andrade et al., 2019).

As Mesas de Diálogo foram encontros semanais, realizados no IPHAN, em um espaço aberto às discussões, onde a Comissão Pequena África ficou responsável por trazer ao GT as demandas dos Movimentos referentes à implantação do VLT na Avenida Marechal Floriano. Os principais temas levantados estiveram voltados para as escavações arqueológicas no Largo de Santa Rita, para a nomeação das estações do VLT e para a relevância de se tratar da herança africana na história e na arqueologia da cidade a partir desta região (Gaspar et al., 2020, p. 196).

O estudo de Natalia Sales (2021), desenvolvido a partir da atuação da Comissão Pequena África durante a pesquisa arqueológica, mostrou a importância da Comissão na reivindicação da preservação do Patrimônio Histórico dos seus ancestrais.

*Eles reivindicavam participação nos espaços de decisão quanto à salvaguarda do patrimônio sediado no território da Pequena África, como os bens arqueológicos. Além disso, buscavam legitimar tal reivindicação mobilizando discursos que enfatizavam suas posições como descendentes dos africanos que aportaram no Rio de Janeiro. A noção de ancestralidade negra era mobilizada de modo a demarcar essa relação de descendência e, por consequência, indicar aspecto ainda mais dramático para o processo de apagamento em questão. Tratava-se do apagamento da memória de seus ancestrais (Sales, 2021, p. 68).*

Nos encontros do GT, a metodologia da pesquisa arqueológica em frente à igreja de Santa Rita, no Largo e em seu entorno foi exaustivamente debatida, uma vez que a proposta inicial para delimitação do cemitério envolvia escavações amplas. Contudo, a Comissão Pequena África expôs sua posição contrária à escavação para evitar que os sepultamentos de seus ancestrais fossem afetados.

A decisão da Comissão Pequena África foi mantida, a despeito das várias reuniões nas quais foram apresentados argumentos, tanto por parte do IPHAN-RJ quanto dos arqueólogos, informando que as escavações na área do referido sítio arqueológico objetivavam delimitá-lo e reconhecer seu real estado de integridade, além de fornecer subsídios para análises científicas que proporcionariam maior conhecimento sobre o bem cultural e preservação do patrimônio (Andrade et al., 2019).

Nesse sentido, Andrade et al. (2019, p. 228) relata que a Comissão Pequena África apresentou três demandas: a) restringir as escavações na área do cemitério em respeito aos ancestrais africanos e, ao mesmo tempo, obter sua delimitação; b) batizar as estações da Linha 3 do VLT com nomes representativos para a comunidade afrodescendente; c) Criar um memorial

no espaço do cemitério, através de um projeto urbanístico que destacasse o cemitério na paisagem urbana. Ao final do projeto, as três demandas foram atendidas numa negociação repleta de debates, entraves e dificuldades, mas que convergiu na preservação do patrimônio.

### As rosas negras e o marco paisagístico patrimonializado

Uma das reivindicações da Comissão Pequena África envolveu a construção de um marcador patrimonial que sinalizasse a existência do cemitério na região. No ano de 2021, tal ação começou a entrar em vigor com as obras de reposicionamento das pedras portuguesas formando o desenho de uma grande rosa negra do centro do Largo, seguida por uma sequência de rosas menores dispostas nas extremidades. As rosas negras foram escolhidas a partir da demanda da Comissão, por fazer referência ao elemento utilizado por mulheres que apoiavam a Frente Negra Brasileira, primeira organização do Movimento Negro focada na luta contra o racismo, valorização da população negra no contexto pós-abolição.

*O primeiro agrupamento feminino da Frente Negra Brasileira – As Rosas Negras – era uma comissão (ou departamento) de mulheres que se vestiam de branco, usavam luvas e ostentavam uma rosa preta no peito, daí o nome Rosas Negras. Presidida por Benedita Costa, a comissão era responsável pela organização de saraus e festivais “lítero-dramáticos e dançantes”. Esses eventos serviam para aumentar a coesão do grupo. Ruth C. L. Cardoso ressalta que não são apenas as reivindicações políticas que unificam os participantes de um movimento, a união, na ótica da autora, é uma “virtude em si mesma” e, para mantê-la, tanto se usa de atividades políticas quanto lúdicas (Domingues, 2007, p. 360).*

Parte das atividades de instalação da rosa negra no Largo de Santa Rita foi registrada em 2021 por Diogo Borges, arqueólogo que acompanhou todo o processo de pesquisa no cemitério (Figura 2).

**Figura 2:** Fotomontagem de redecoração do Largo de Santa Rita, com a inserção do símbolo da rosa negra feita com pedras portuguesas.



**Fonte:** Fotomontagem de redecoração do Largo de Santa Rita, com a inserção do símbolo da rosa negra feita com

pedras portuguesas. A – Recolocação das pedras portuguesas a partir do molde de uma rosa negra; B- Vista aérea do Largo de Santa Rita com o VLT ao fundo (Fonte: Divulgação CDURP/RJ); C- Largo de Santa Rita com a Igreja a frente e a área da implantação da Rosa Negra delimitada e atividade em andamento; D- Vista aérea da Rosa Negra no Largo. Autor: Diogo Borges (2021).

Cabe destacar a importância da profissão de calceteiro nesta parte do trabalho, pois este profissional é o responsável pela pavimentação das ruas e calçadas, usando areia ou terra e depois recobrando com paralelepípedos ou pedra calcária (no caso da calçada portuguesa). Com o advento da urbanização e do asfalto utilizado nas ruas para substituir o calçamento, os calceteiros passaram a ter menos espaço em algumas partes da cidade, no entanto, mostra-se ainda como uma profissão que resiste, não apenas por cumprir um papel de construção da cidade, mas também por designar uma atividade que tem apelo artístico para o seu desenvolvimento.

Arte da criação em pedra portuguesa, foi notada pelos arqueólogos que acompanharam a instalação das rosas negras, pois foi observado que o calceteiro responsável fez uma primeira versão do desenho da flor e parece não ter ficado satisfeito com o resultado. Assim, desfaz o desenho inicial, retomando o ato para que ficasse condizente com o gosto artístico do profissional. Esses detalhes que podem parecer menores, na verdade, são parte importante do trabalho desenvolvido no Largo de Santa Rita, exatamente por afetar as pessoas, sejam a comunidade sensível, as pessoas transeuntes e todos os profissionais envolvidos nas atividades de preservação do patrimônio.

Junto à arte das rosas negras, também foram implantados no Largo de Santa Rita, em frente ao Beco da Sardinha, tótems explicativos em português e inglês, sobre a história do Cemitério dos Pretos Novos de Santa Rita (Figura 3), onde lê-se

*Entre 1722 e 1769, o Largo de Santa Rita foi o local determinado pelo governo da província do Rio de Janeiro para sepultar os africanos trazidos ao Brasil na condição de escravizados e que não resistiam às desumanas condições impostas durante a viagem transoceânica. Esta decisão estabeleceu o Cemitério do Largo de Santa Rita e constitui o espaço que motivou intensas discussões envolvendo diferentes instituições de gerenciamento e preservação do Patrimônio Cultural, pesquisadores, empreendedores e, principalmente, a comunidade sensível que reconheceu e se apropriou do espaço como patrimônio que representa sua ancestralidade.*

Figura 3: Tótems explicativos implantados no Largo de Santa Rita.



Fonte: Fotografia de Bárbara e Susi Gouvêa, 2023. Tótems explicativos implantados no Largo de Santa Rita. Localizados em frente ao Beco da Sardinha com a narrativa sobre o cemitério dos Pretos Novos do Largo de Santa Rita.

O segundo tótem narra a história do Largo de Santa Rita onde se lê:

*O Largo de Santa Rita renasce como memorial aos Pretos Novos, africanos trazidos para serem escravizados nas Américas que não sobreviviam à viagem. Neste local seus corpos eram empilhados, queimados e depois enterrados sem qualquer respeito à dignidade humana. Durante as obras de implantação da Linha 3 do VLT foram identificados vestígios do primeiro Cemitério dos Pretos Novos. Em respeito à memória desses mortos e por decisão em conjunto entre o poder público e os movimentos negros, optou-se por manter os ossos destas pessoas aqui. A praça foi reurbanizada e teve seu piso demarcado com uma rosa negra maior ao centro, circundada por outras menores. Dessa maneira, perpetuou-se no Centro do Rio a memória de mais uma barbárie cometida contra os povos trazidos do continente africano para o Brasil. A rosa negra é um símbolo utilizado por movimentos contrários ao regime escravocrata em vigor até o fim do século XIX. A Prefeitura do Rio, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Comissão Pequena África – formada por lideranças de movimentos pela luta dos direitos dos negros – e a Concessionária do VLT Carioca entregaram o Largo de Santa Rita renovado à população: ampliado, com novo mobiliário urbano e uma história para ser lembrado e nunca mais repetida (Figura 4).*

Figura 4: Tótem explicativo da história do Largo de Santa Rita e do Cemitério dos Pretos Novos de Santa Rita.



Figura 4: Fotografia Bárbara e Susi Gouvêa, 2023.

O Largo de Santa Rita, local do Cemitério dos Pretos Novos de Santa Rita, foi pesquisado, repensado, transformado, reinserido na paisagem e devolvido para a sociedade como um espaço de contemplação, com bancos de praça e totens expositivos que contam seus acontecimentos. Assim, a memória e história dos africanos e seus descendentes permanecem eternas na cidade do Rio de Janeiro (Figura 5).

Figura 5: Desenho de rosas negras no Largo de Santa Rita.



Figura 5: Fotografia Bárbara e Susi Gouvêa, 2023. Desenho feito em pedra portuguesa, de rosas negras pequenas na lateral do largo e uma rosa negra grande no chão, disposto na parte central. Destacam-se os bancos inseridos para espaço de descanso e contemplação.

## Cemitério como espaço de contemplação

A compreensão dos cemitérios como espaços de contemplação da morte passa por construções sociais atravessadas por relações de poder, memória e valor simbólico. Se, como

aponta Rapoport (1977), o espaço materializa sistemas de regras e hábitos, os espaços funerários organizam os mortos, disciplinam os vivos e orientam práticas de visitação, silêncio e reflexão. Nesse sentido, o cemitério atua como espaço de disposição de corpos, bem como o lugar onde a sociedade elabora simbolicamente a morte, produzindo sentidos compartilhados sobre finitude, pertencimento e continuidade.

Essa dimensão   reforçada quando se considera o espaço a partir da perspectiva foucaultiana, na qual ele atua como mecanismo de controle e ordenamento social (Foucault, 1979). A disciplina espacial, visível na separação entre vivos e mortos, na hierarquização das sepulturas e na definição de quem pode ser enterrado em determinados locais, evidencia que a morte   também um campo de disputa.

Por outro lado, ao serem experienciados socialmente, os espaços funerários tornam-se também lugares de memória, nos quais práticas materiais e simbólicas produzem vínculos entre vivos e mortos. Como destacam Hallam e Hockey (2001), os objetos, rituais e espacialidades associados à morte operam como dispositivos de rememoração, permitindo a construção de uma comunidade que transcende a vida biológica. Nesse contexto, conforme indicado por Mauss (1981) o luto pode ser entendido como uma dimensão coletiva, estruturada por códigos culturais e sociais que orientam a expressão dos sentimentos. O cemitério, portanto, configura-se como um espaço privilegiado de comunicação entre os vivos e seus mortos, onde a contemplação se articula   produção de memória.

Entretanto, essa possibilidade de contemplação e elaboração do luto não   distribuída de maneira igualitária. A partir das contribuições de Foucault (1979), Silvio Almeida (2019) e Achille Mbembe (2018),   possível compreender que o controle sobre a vida e a morte, seja por meio do biopoder ou da necropolítica, implica também a definição de quais vidas são dignas de memória e quais são relegadas ao esquecimento. Nesse sentido, a organização espacial dos cemitérios pode materializar hierarquias raciais e sociais, produzindo zonas de visibilidade e invisibilidade da morte. A negação de ritos funerários adequados ou a marginalização de determinados grupos em espaços periféricos revela que o direito ao luto e   memória   espaço de confrontos.

Ao considerar a dinâmica proposta por Milton Santos (1995)   possível compreender os cemitérios como espaços passíveis de ressignificação. Quando reapropriados como lugares de memória, contemplação e reconhecimento, esses espaços deixam de operar exclusivamente como dispositivos de exclusão e passam a integrar práticas de reparação simbólica, que, no caso do cemitério de Santa Rita, foram materializadas na patrimonialização do largo com a simbologia das rosas negras.

## A morte como travessia e o tempo espiralar

De acordo com Carmen Secco (2012), em diversas culturas tradicionais da África, as concepções de morte variam e utilizam alegorias de travessias, em que esta não é linear, uma vez que a viagem não é para outro mundo e, sim, para uma outra dimensão do universo



cósmico. O tempo africano é labiríntico, espiralado, onde os mortos e os vivos interagem, crendo no eterno retorno, onde os antepassados são cultuados.

A poeta Leda Maria Martins (2021) ressalta que o tempo espiralar surge a partir da observação de práticas comunitárias de vários grupos étnicos africanos, que, durante a colonização, tiveram que recriar seus laços de pertencimento. Em culturas marcadas pela oralidade e pelo culto aos ancestrais, o corpo é o lugar da memória. Dessa forma, a autora busca mostrar que o espiral do tempo é formado pela significância da ancestralidade e da morte. O passado habita o presente e o futuro, o que faz com que os eventos, desprovidos de uma cronologia linear, estejam em processo de perene transformação e, concomitantemente, correlacionados.

*O termo espiralar é o que melhor ilustra o conceito de um tempo que não afirma o presente ou o futuro em detrimento do passado. O tempo “se curva para frente e para trás [...], em processo de rememoração e devir simultâneos”. É possível experimentar o tempo “como movimento de simultaneidade de passado, presente e futuro”, pois a concepção de que o tempo se expressa por uma sucessividade de eventos cujo rumo é o futuro desenvolvimentista, uma tirania de uma lógica da sucessão, sequencial e de Chronos, que não expressa a ideia de tempo de comunidades africanas tradicionais (Martins, 2021, p. 23).*

De acordo com Beatriz Bessa (2024, p. 5-6) apoiada em Leda Martins (2021)

*Nas culturas africanas o tempo espiralar não é um tempo contado nem metrificado, e sim um tempo vivido: vivido em performances artísticas através do corpo. Os ritos, cerimoniais e festejos afro carregam conhecimento, memória e criação, trazendo a cultura de antigas gerações, atualizando essas referências durante os atos performáticos e inspirando a criação de um futuro insubmisso. Reduzir práticas ritualísticas a simples repetição simbólica é reduzir a função desses eventos à pura rememoração do passado. Quando usamos o termo ancestral, de forma alguma estamos nos referindo apenas a fatos que já ocorreram. O uso de elementos milenares da cultura afro está intimamente ligado com a preservação da cultura sim, mas de forma viva e pulsante. O que foi, está e gestará, em especial através da performance: o corpo sobretudo sabe. E ensina. “O passado torna-se nossa fonte de inspiração; o presente, uma arena de respiração; e o futuro, nossa aspiração coletiva” (Martins, 2021, p. 83). Revela uma temporalidade no agora que revive heranças e se transforma para o futuro. Todo processo pendular entre a tradição e sua transmissão institui um movimento curvilíneo, reativador e prospectivo que integra sincronicamente, na atualidade do ato performado, o presente do pretérito e do futuro (Martins, 2021, p. 83).*

Assim, pensando no espaço cemiterial como lugar de memória, podemos fazer uma abstração onde as rosas negras poderiam representar também o tempo espiralado da cultura africana (Martins, 2021), onde um espaço que representou a morte trágica das pessoas, possa ser visto e respeitado como um lugar para contemplação e culto aos ancestrais, cujo tempo espiralado transforma morte em vida em um ciclo infinito (Figura 6).

Figura 6: Alegoria de um tempo espiralar em diferentes formas artísticas



Fonte: Flávia Ocaranza/Girafa Não Fala (esquerda); Fotografia de Bárbara e Susi Gouvêa, 2023 (direita).

A retirada da banca de revista, da floricultura e de outros elementos que um dia estiveram sobre o Cemitério do Largo de Santa Rita foi também um movimento pensado pela Comissão Pequena África, para que este espaço funerário fosse visualizado como local de descanso dos seus ancestrais. Um lugar que passa a ser espaço de convivência, contemplação e reflexão sobre a história vivida e sentida por quem frequenta o local (Figura 7).

Figura 7: O Largo de Santa Rita como espaço de contemplação e as rosas negras ao fundo



Fonte: Fotografia Luana Prazeres - Acervo Pessoal

A patrimonialização de um cemitério como o dos Pretos Novos do Largo de Santa é uma ação que integra, valoriza e dá visibilidade à história do Brasil e do Rio de Janeiro, que,

durante muito tempo, esteve apagada sob o asfalto das ruas dessa metrópole. Demonstra, assim, que o patrimônio, enquanto fonte de reparação histórica, também é uma forma de preservação da memória e da ancestralidade de um povo.

*A ancestralidade parece funcionar como um ponto de convergência que, de alguma forma, sintetiza as perspectivas diversas, marcando uma relação comum de valorização dos antepassados e de vinculação com o lugar, de pertencimento a um território que conecta uma comunidade, lhe dando uma perspectiva de ser-em-comum (Lopes, 2024).*

## Considerações Finais

A análise do Largo de Santa Rita evidencia que os espaços associados à morte são historicamente produzidos como dispositivos de controle, hierarquização e, muitas vezes, exclusão social. Conforme discutido ao longo deste trabalho, a organização dos enterramentos de pretos novos esteve diretamente vinculada às dinâmicas do poder colonial, marcada pela distinção de classes sociais e pertencimento religioso que determinaram tanto a vida quanto a morte. Nesse sentido, o cemitério deve ser compreendido, inicialmente, como expressão material de um sistema que negava o direito ao luto e à memória a determinados grupos, relegando-os a espaços marginais e invisibilizados no tecido urbano.

Entretanto, a própria natureza social do espaço permite sua ressignificação ao longo do tempo. A partir de práticas contemporâneas de preservação, patrimonialização e reivindicação histórica, o Largo de Santa Rita passa a ser reconfigurado como lugar de memória, no qual se torna possível elaborar coletivamente experiências de violência, apagamento e resistência. Esse deslocamento, de um espaço de deposição de corpos para um espaço de reconhecimento da humanidade, evidencia que os significados atribuídos ao território são continuamente negociados, sendo atravessados por disputas simbólicas e políticas que redefinem sua função social.

A análise das evidências documentais e historiográficas permite situar o cemitério de pretos novos no Largo de Santa Rita como um produto da reconfiguração das práticas funerárias no Rio de Janeiro setecentista, afastando interpretações que o vinculam a períodos mais recuados sem comprovação da documentação histórica. Embora não seja possível determinar com precisão seu início, sua consolidação é mais plausível a partir de cerca de 1741, em resposta ao crescimento do tráfico de pessoas escravizadas e às pressões sanitárias e administrativas da cidade, estendendo-se até 1774, quando foi desativado com a transferência dos enterramentos para o Valongo sob determinação do Marquês do Lavradio.

Do ponto de vista arqueológico e patrimonial, as evidências mostram a apropriação e redefinição de um local de dor e sofrimento para um local de contemplação. A incorporação de perspectivas oriundas das culturas africanas e afro-diaspóricas, especialmente a noção de tempo espiralar desenvolvida por Leda Maria Martins, amplia essa compreensão ao propor uma relação não linear entre vida, morte e memória. Nesse horizonte, o cemitério pode ser interpretado como um espaço de contemplação e de continuidade, em que passado, presente e futuro coexistem em um movimento constante de atualização. A morte passa a integrar um

ciclo de ancestralidade, no qual os mortos permanecem atuantes na vida coletiva por meio da memória, do corpo e das práticas culturais.

A transformação do Largo de Santa Rita revela o potencial dos espaços urbanos como territórios de reparação simbólica. A importância da arqueologia colaborativa trabalhando junto à Comissão Pequena África, tornou visível uma história marcada pela violência do tráfico atlântico e pela negação da humanidade de populações escravizadas, e colaborou para afirmar o reconhecimento do antigo cemitério como patrimônio contribui para a construção de uma memória mais inclusiva e crítica. Assim, o espaço que antes cooperava como expressão da necropolítica colonial se converte em lugar de contemplação, luto e ancestralidade, reafirmando a importância da memória como prática social capaz de reconfigurar as relações entre passado e presente.

## Referências Bibliográficas

Almeida, S. (2019). *Racismo Estrutural* (Coleção Feminismos Plurais). Pólen Livros.

Andrade, C.; Vitalino, C.; Crespo, J.; Bianchini, G.; Gaspar, M.D. (2019). Patrimônio, Conservação e Comunicação. Educação patrimonial nas ruas do Rio: respeito, apropriação e legitimação, o caso do Cemitério do Largo de Santa Rita. V *Seminário de Preservação de Patrimônio Arqueológico. Museu de Astronomia e Ciências Afins*. Rio de Janeiro.

Berredo, A. L. (2023). *Cemitérios dos Desvalidos: cartografia da morte no Rio de Janeiro (séculos XVII a XIX)*. [Tese de doutorado. Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro].

Berredo, A. L.; Gaspar, M.D.; Rodrigues-Carvalho, C. (2022). Cemitério dos Desvalidos do Rio de Janeiro antigo. *Revista de Arqueologia*, 35(3), 69–90.

Bessa, B. (2024). Ferramentas virtuais na educação étnico-racial: ecos do tempo espiralar e afrofuturismo. *XV Encontro Regional Sudeste da Associação Brasileira de Educação Musical - ABEM. Educação Musical, Mundo do Trabalho e a Construção de uma sociedade democrática*. Universidade Federal do Espírito Santo - Vitória/ES.

BIANCHINI, Gina; GASPAR, MaDu; GARCIA, Anderson; BORGES, Diogo; BERREDO, Ana Luíza; PAULINO, Adelson. Cemitério do Largo de Santa Rita: Desafios da pesquisa arqueológica e implicações para o gerenciamento e preservação do 186 patrimônio. Congresso do Museu Astronomia e Ciências Afins (MAST/RJ), Rio de Janeiro, 2019.

Coaracy, V. (1965). *Memórias da cidade do Rio de Janeiro* (2ª edição. Coleção Rio 4 Séculos, 3v). Livraria José Olympio.

Domingues, G. (2007). Fretenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. *Cadernos pagu*, 28, 345-374.

Fazenda (2011). Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro - *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro* - Vol. Iii

Florentino, M. (2014). *Em costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Unesp.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Graal.

Gaspar, M.D.; Venturini, I.; Andrade, C.; Saba, A. G. (2020). *Projeto Integrado de Educação Patrimonial Arqueologia nas Ruas do Rio*. Relatório Final Volume VIII.

Hallam, E. & Hockey, J. (2001). *Death, Memory and Material Culture*. Berg.

Lopes, M. C. (2024, 13 de dezembro). Sobre a ancestralidade de Gilberto Gil. *ItaúCultural*, on-line. <https://www.itaucultural.org.br/secoes/colunistas/sobre-a-ancestralidade-de-gilberto-gil>.

Martins, L. (2021) *Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela*. Cobogó.

Mauss, M. (1981). *Ensaio de sociologia*. Perspectiva.

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. N-1.

Nara Júnior, J. C. (2015). *Arqueologia da persuasão: estudo arqueológico da primeira igreja rococó da América*. [Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia]. Rio de Janeiro, 220p.

Nara Júnior, J. C. (2016). *Arqueologia da persuasão: o simbolismo rococó da matriz de Santa Rita*. Appris.

Nara Júnior, J. C. (2019a). *O Cemitério de Pretos Novos de Santa Rita: História social e Arqueologia da transição no complexo escravagista do Rio de Janeiro setecentista*. [Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro].

Nara Júnior, J. C. (2019b). *O Rio de Janeiro entre conquistadores e comerciantes: Manoel Nascentes Pinto (1672-1731) e a fundação da freguesia de Santa Rita*. Appris.

Nara Júnior, J. C. (2022). As Rosas Negras do Cemitério de Pretos Novos de Santa Rita: sinais de um patrimônio invisível. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro* (v. 29, p. 15-28).

Pereira, S. (2012). O Hospital da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e a estruturação urbana do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX. In N. M. Ferreira-Alves (Coord.) *Os Franciscanos no Mundo Português. As Veneráveis Ordens Terceiras de São Francisco* (v. 1, pp-947-971). Cepese.

Rapoport, A. (1977). *Human Aspects of Urban Form: Towards a Man. Environment Approach to Urban Form and Design*. Pergamon Press.

Sales, N. (2021). *Em defesa da Pequena África: Estudo etnográfico sobre engajamento político pela memória de africanos e afrodescendentes no Rio de Janeiro/RJ*. [Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense].

Santos, M. (1995). *Da paisagem ao espaço*. Palestra ministrada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/USP).

Schiffer, M. (1975). Archaeology as Behavioral Science. *American Anthropologist: New Series*, 77(4), 836-848.

Secco, C. (2012). Travessias e Margens da Existência: representações da morte em textos literários de Angola e Moçambique. *Navegações*, 5, 68-72.

*Submetido em 29 de julho de 2025*

*Aprovado em: 5 de junho de 2026*

